



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

**ORÇAMENTO DO ESTADO
2017**

Ministério do Ambiente

- I. Mensagem chave
- II. Análise Orçamental
- III. Eixos de Atuação, Políticas e Principais Ações
- IV. Fundo Ambiental

- I. Mensagem chave**
- II. Análise Orçamental
- III. Eixos de Atuação, Políticas e Principais Ações
- IV. Fundo Ambiental

Descarbonização progressiva da sociedade, tornar a economia circular e valorizar o território através de medidas que têm como objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável, racional e eficiente no uso dos seus recursos, potenciando as oportunidades económicas e de geração de emprego.



- 1. Promover a mobilidade urbana** assente na utilização dos transportes públicos, na mobilidade elétrica e na mobilidade suave, e promoção da sustentabilidade do serviço público, incluindo:
 - Financiamento de novos autocarros, energética e ambientalmente eficientes, nomeadamente autocarros a gás natural ou elétricos e respetivas infraestruturas (aviso POSEUR no valor de 60 M€)
 - Transição da gestão da STCP para a responsabilidade de entidades públicas locais e municipalização da Carris
 - Aquisição de viaturas elétricas para os serviços ambientais (despesa de 10 M€ via Fundo Ambiental)
 - ECOMOB - Liderar pelo Exemplo: Financiamento da aquisição de 170 veículos elétricos para o parque de veículos do Estado e respetivas infraestruturas de carregamento e monitorização
 - Desenvolvimento e consolidação dos projetos de alargamento da rede dos metros de Lisboa e Porto
- 2. Reabilitação urbana** - Operacionalização dos instrumentos de apoio já criados por este Governo, como o Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado e a Casa Eficiente

I. Mensagem chave

3. **Fundo Ambiental:** apoio às políticas ambientais, PNPT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (despesa de 0,3 M€), projetos inovadores de descarbonização das cidades (despesa de 5 M€) e sustentabilidade do setor das águas (despesa de 5 M€)
 4. **Serviços de águas** - incentivos à agregação voluntária de sistemas municipais
 5. **Desenvolver ações de reflorestação** em áreas protegidas, com medidas para proteção de incêndios e o desenvolvimento de um projeto piloto no Parque Nacional da Peneda Gerês, cujo projeto global ascende a 3,4 M€ (despesa de 1,3 M€ em 2017 via Fundo Ambiental)
 6. **Economia circular:** benefícios fiscais para a conceção ecológica de produtos
 7. **Conservação da Natureza:** reforço de meios humanos para uma política de gestão de proximidade e elaboração dos planos de gestão das ZEC;
 8. **Amianto:** plano de ação para a sua remoção nos edifícios públicos, com a participação de todos Ministérios
-



- I. Mensagem chave
- II. Análise Orçamental**
- III. Eixos de Atuação, Políticas e Principais Ações
- IV. Fundo Ambiental

II. Análise Orçamental

Despesa Total Consolidada = 1.516,8 M€ (-6,0%)
Despesa Efetiva Consolidada = 813,3 M€ (+3,2%)



Face à estimativa
de fecho de 2016

Não inclui Ativos e Passivos Financeiros

Áreas de Despesa	2016	2017	2017 / 2016	Unid.: M€
	Execução Provisória (Dados DGO) (2)	Orçamento Ajustado (3)	Δ % (4) = [(3)-(2)]/(2)	2017 Estrutura %
A) ESTADO	84,6	87,6	3,6%	9,9%
1. Atividades	57,5	58,4	1,6%	6,6%
1.1 - Com cobertura em receitas gerais	54,4	55,3	1,7%	6,3%
Funcionamento Sentido Estrito	19,8	22,4	13,1%	2,5%
Dotações Específicas	34,6	32,9	-4,8%	3,7%
Transferências de Receitas Consignada	27,8	26,1	-6,0%	3,0%
Imposto Sobre Produtos Petrolíferos e Energéticos e				
Adicional ao ISP	27,8	26,1	-6,0%	3,0%
Subsídios e Indemnizações Compensatórias	6,8	6,8	0,0%	0,8%
1.2 - Com cobertura em receitas consignadas	3,2	3,1	-1,6%	0,4%
2. Projetos	27,1	29,2	7,8%	3,3%
2.1 - Financiamento nacional	21,9	22,7	3,4%	2,6%
2.2 - Financiamento comunitário	5,1	6,6	28,3%	0,7%
B) SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	227,5	255,2	12,2%	28,9%
C) EMPRESAS PÚBLICA RECLASSIFICADAS	544,5	539,8	-0,9%	61,2%
D) Consolidação entre e intra-subsetores	80,6	96,0		
H) DESPESA TOTAL CONSOLIDADA [A + B + C - D + E + F]	1 613,4	1 516,8	-6,0%	
I) DESPESA EFETIVA CONSOLIDADA [H - E - F + G]	788,3	813,3	3,2%	
E) Ativos	96,0	67,0		
F) Passivos	741,3	663,2		
G) Consolidação de Operações Financeiras	12,3	26,7		

II. Análise Orçamental

Despesa efetiva consolidada - comparativo de valores aprovados 2016 vs. 2017

COMPARATIVO ORÇAMENTO AMBIENTE 2017 E 2016				
Serviços Integrados e Fundos Autónomos	Valor aprovado 2016 (€)	Valor aprovado 2017 (€)	Diferença (€)	Diferença (%)
Gabinetes MAMB	3 609 000	3 480 000	-129 000	-3,6%
APA, I.P.	56 899 741	80 948 631	24 048 890	42,3%
CNA	70 000	75 000	5 000	7,1%
CNADS	165 000	160 000	-5 000	-3,0%
Coimbra Viva	234 277		-234 277	-100,0%
Costa Polis	380 797	380 797	0	0,0%
DGT	7 757 802	8 586 004	828 202	10,7%
ERSAR	8 725 000	9 269 508	544 508	6,2%
FCNB	1 000 000		-1 000 000	
FIA	4 546 001		-4 546 001	
FPC	165 416 580		-165 416 580	
FPRH	14 002 850		-14 002 850	
Fundo Ambiental		164 973 943	164 973 943	
Sub-total Fundos	184 965 431	164 973 943	-19 991 488	-10,8%
IGAMAOT	6 029 986	6 603 031	573 045	9,5%
IHRU	45 757 513	49 251 432	3 493 919	7,6%
Marina Parque das Nações	6 197 368	1 557 757	-4 639 611	-74,9%
Metro de Lisboa	259 342 959	259 753 733	410 774	0,2%
Metro do Porto	178 263 968	162 580 116	-15 683 852	-8,8%
Metro do Porto - Consultadoria	2 500	2 500	0	0,0%
Parque Expo	21 307 234	5 860 805	-15 446 429	-72,5%
Polis Litoral	16 781 808	21 989 561	5 207 753	31,0%
Polis Ria Aveiro	23 630 600	15 653 429	-7 977 171	-33,8%
Polis Ria Formosa	21 005 418	21 834 445	829 027	3,9%
Polis Litoral Sudoeste	8 484 391	6 075 705	-2 408 686	-28,4%
Porto Vivo	3 761 084	5 053 908	1 292 824	34,4%
Secretaria Geral MAMB	26 429 521	25 549 297	-880 224	-3,3%
Soflusa	17 919 806	17 995 920	76 114	0,4%
Transtejo	38 394 587	33 921 816	-4 472 771	-11,6%
Viana Polis	6 761 341	2 977 410	-3 783 931	-56,0%
Total Geral	942 877 132	904 534 748	-38 342 384	-4,1%
Operações de Consolidação	69 275 544	69 308 070	32 526	0,0%
Cativações	3 831 111	21 964 607	18 133 496	473,3%
Despesa Efetiva Consolidada	869 770 477	813 262 071	-56 508 406	-6,5%
ICNF	54 798 008	55 174 808	376 800	0,7%



Principais factos:

- **APA:** Aumento de 24 M€ em financiamentos recebidos de projetos comunitários
- **DGT:** Necessidade de cobertura total em Receitas Gerais dos encargos previstos com Pessoal que anteriormente eram suportados por receitas próprias
- **Fundo Ambiental:** O saldo do Fundo sofreu uma reclassificação de 15,5 M€ p/ ativos financeiros, o que obriga a autorização do MF para utilizar esta verba
- **IGAMAOT:** Aumento para acautelar a entrada de novos inspetores, mas foi alocada a projetos SAMA por não aprovação do quadro de pessoal
- **Marina do Parque das Nações e Parque Expo:** empresas em fase de liquidação
- **Sociedades Polis** com atividade em *Phasing Out*
- **Metro de Lisboa:** A variação é residual considerando a atividade global da empresa. No entanto, se excluirmos os juros pagos (que diminuem 29 M€ devido à diminuição dos empréstimos), há um reforço das rubricas operacionais em cerca de 30 M€.
- **Metro do Porto:** A variação explica-se pela diminuição de aquisição de bens e serviços e de capital
- **Porto Vivo:** O aumento é justificado pela aquisição de bens e capital
- **Transtejo:** A diminuição reflete-se na aquisição de bens e capital

Não inclui Ativos e Passivos Financeiros

- I. Mensagem chave
- II. Análise Orçamental
- III. Eixos de Atuação, Políticas e Principais Ações**
- IV. Fundo Ambiental

Sustentabilidade Ambiental

Serviços urbanos de águas e saneamento

Descentralizar e articular com as autarquias é um dos desígnios estratégicos deste Ministério



- Reverter as agregações contrárias aos Municípios, operando a **cisão de alguns sistemas multimunicipais**
 - Garantia de sustentabilidade do modelo económico e financeiro e estabilidade tarifária através do Fundo Ambiental (5 M€) e da Componente Tarifária Acrescida (CTA)
- Incentivar a agregação de sistemas municipais ou a constituição de sistemas intermunicipais
- Promover a gestão do **ciclo urbano da água**, incluindo pluviais
- Rever **alinhamento do papel** do Grupo Águas de Portugal
- Reforçar mecanismos de acessibilidade económica, **assegurando tarifários especiais**

Sustentabilidade Ambiental

Resíduos

Gestão estratégica de resíduos com base nos princípios de sustentabilidade e eficiência dos recursos



- Atribuição das **Licenças SIGRE** (a duas entidades gestoras) criando um mercado de concorrência (até aqui de monopólio) em articulação estreita com o Ministério da Economia
- Criação do **Mecanismo de Compensação** entre entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos que permite prevenir eventuais obstáculos ou distorções de concorrência;
- Criar as **Guias Eletrónicas de Acompanhamento de Resíduos (e-GAR)** - desmaterializando os impressos atuais em formato de papel. Além da desmaterialização das guias, a presente medida permitirá integrar de forma automática os dados anuais do Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR) e o Registo de Emissões e Transferências de Poluentes (PRTR), simplificando os processos de comunicação de informação ambiental das empresas
- Reestruturar a **Taxa de Gestão de Resíduos (TGR)** para consolidar o seu papel como instrumento de incentivo para a adoção das melhores práticas comportamentais

Sustentabilidade Ambiental

Litoral

Defender a integridade da linha de costa e
valorizar a zona costeira



- Novo modelo de governação reforçando uma **abordagem integrada do litoral**, o que implica um investimento global em 2017 da ordem dos 87,5 M€
- Elaboração dos 5 **Planos de Orla Costeira** e instrumentos de ornamento do espaço marítimo nacional (Plano de Situação)
- **Combate às construções comprovadamente não autorizadas** em domínio público marítimo e reposição da legalidade
- Reforço **da resiliência dos sistemas costeiros**, aumentando a capacidade de adaptação às alterações climáticas
- Início de ações de **proteção do litoral** nas zonas onde há maior preocupação

Sustentabilidade Ambiental

Ordenamento do Território

Colocar o ordenamento do território ao serviço do desenvolvimento



- Atualização do **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)**, dando ênfase à natureza programática do programa, com especial atenção ao Acordo de Paris e respetivo enquadramento das alterações climáticas (Financiamento através do Fundo Ambiental em 0,3 M€)
- Emissão de **diplomas enquadreadores dos programas especiais de ordenamento do território**, por forma a permitir a adequada reconversão dos planos especiais em vigor

Sustentabilidade Ambiental

Conservação da Natureza

Promover as áreas protegidas e classificadas como ativos estratégicos do território



- Concretização do **Plano Piloto para o Parque Natural da Peneda Gerês**, com ações efetivas de carácter preventivo materializadas no terreno antes da próxima época de incêndios, cujo projeto global ascende a 3,4 M€ (despesa de 2 M€ em 2017 via Fundo Ambiental)
- Reforço da vigilância nas áreas protegidas, através da **contratação de 20 vigilantes da natureza**, o que permite constituir mais dez equipas
- Elaboração dos **Planos de Gestão de Zonas Especiais de Conservação (ZEC)** das regiões biogeográficas Atlântica e Mediterrânica

Sustentabilidade Ambiental

Amianto

Remover todos os materiais que contenham amianto nos edifícios onde se prestam serviços públicos



- Atualizar e completar a listagem de materiais que contêm amianto nos edifícios, instalações e equipamentos onde se prestam serviços públicos
- Priorizar as intervenções a efetuar
- Financiamento: pacote financeiro total de 200 milhões de euros do POSEUR no âmbito da eficiência energética na Administração Pública
- Encontrar soluções para o financiamento remanescente e célere execução

Transportes e Mobilidade Urbana

Maior e melhor mobilidade, sustentabilidade do serviço público de transportes, com respeito pelo Ambiente



- Concretização da **municipalização das empresas Carris e STCP** e criação dos instrumentos necessários ao reajuste da organização das empresas
- Desenvolvimento e consolidação do alargamento da rede dos Metros de Lisboa e Porto
- Garantida a norma de **exceção ao limite de 3%** ao endividamento para as empresas públicas de transportes coletivos
- Reforço das medidas de apoio tarifário, consolidando o **alargamento do Passe Social + a todo o país** e permitindo o **acesso ao primeiro escalão do apoio sub23 (25% desconto)** a todos os estudantes do **ensino superior**, sem condição de recurso
- Orçamento do Metro de Lisboa com **mais 30 M€** para aquisição de bens e serviços e contratação de **trabalhadores**

Transportes e Mobilidade Urbana

Maior e melhor mobilidade, sustentabilidade do serviço público de transportes, com respeito pelo Ambiente



- **Novas formas de bilhética** mais amigas dos utentes, criando uma conta de mobilidade com periodicidade mensal
- **Financiamento de novos autocarros**, energética e ambientalmente eficientes, nomeadamente autocarros a gás natural ou elétricos e respetivas infraestruturas (aviso POSEUR no valor de 60 M€)
- Apoio à **aquisição de Veículo Elétrico per si**, sendo eliminada a obrigação que até agora se mantinha de abate de um veículo convencional
- ECOMOB - Liderar pelo Exemplo: **Financiamento da aquisição de 170 veículos elétricos** para o parque de veículos do Estado e respetivas infraestruturas de carregamento e monitorização

Reabilitação Urbana e Habitação

Prioridade à reabilitação urbana, em detrimento da construção nova, promovendo a eficiência energética e o mercado de arrendamento



- Aumento em 2 M€ (+16%) no **PORTA 65 - Jovem** face ao valor atribuído em 2016
- Dotação de 3,5 M€ para assegurar os compromissos do Estado no âmbito de participações a fundo perdido em **Projetos de realojamento e reabilitação**, no âmbito do Programa PROHABITA
- Garantia de financiamento através do Fundo Ambiental para o programa de **relojamento na Ria Formosa** no valor de 0,5 M€
- Foi assegurado o financiamento de 142 M€ para o instrumento financeiro com vista a **financiar a reabilitação e revitalização urbana (IFRRU 2020)**
- Dotação do **Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado** com um investimento máximo de 50 M€

Reabilitação Urbana e Habitação

Prioridade à reabilitação urbana, em detrimento da construção nova, promovendo a eficiência energética e o mercado de arrendamento



- “Arrendamento acessível”: apoio a programas de realojamento e habitação pública, reforçado o apoio ao arrendamento jovem
- Entrada em funcionamento do projeto “Casa Eficiente”
- Foi assegurado uma dotação orçamental de 0,65 M€ para subsídios de renda NRAU
- Os fundos públicos para a promoção da reabilitação poderão ser utilizados para o reforço sísmico das estruturas dos edifícios



- Incentivo à compra de veículos híbridos (*plug in*), através da redução de imposto sobre veículos, no valor de 563 € por veículo
- Benefícios fiscais para as empresas que se instalem nos territórios do interior (taxa de IRC de 12,5% aos primeiros 15.000€ de matéria coletável), um domínio pelo qual o Ministério do Ambiente se bateu relativamente às áreas protegidas aí inseridas
- Criação de uma contribuição sobre os cartuchos de chumbo, no valor de 0,02 € por unidade
- Incentivo ao investimento em investigação e desenvolvimento de produtos com conceção ecológica, através da majoração destas despesas em 110% para efeitos de IRC

- I. Mensagem chave
 - II. Análise Orçamental
 - III. Eixos de Atuação, Políticas e Principais Ações
 - IV. Fundo Ambiental**
-

IV. Fundo Ambiental

O Fundo Ambiental foi criado em 2016 e entra em funcionamento a 1 de janeiro de 2017, com um orçamento de 154 milhões de euros.



Taxa de
CO2:
€6/ton

Receitas	2017
Leilões CELE+aviação	104 586
Taxa gasóleo aquecimento	26 100
TRH	17 380
TGR	3 400
Outras	2 408
TOTAL	153 874

Despesas	2017
Compromissos já assumidos - projetos em curso	26 457
Défice tarifário energia	62 212
Despesas CELE	2 539
Custos de gestão	773
Outros - ODS	6 000
Cativações + reserva	3 745
Novos projetos:	52 149
Fundo Azul	2 000
Défice tarifário água	5 000
Projetos mitigação Alterações Climáticas e sequestro carbono	12 140
Projetos adaptação Alterações Climáticas	8 300
Cooperação Alterações Climáticas	2 500
Recursos Hídricos	11 440
Resíduos e economia circular	5 000
Conservação da natureza e biodiversidade	4 070
Sensibilização Ambiente	1 700
TOTAL	153 874

(valores em milhares de Euros)

IV. Fundo Ambiental

-
- Tendo em consideração as novas regras de gestão do Fundo, perspetiva-se uma capacidade de execução efetiva dos recursos financeiros que lhe estão afetos, o que constitui uma evolução muito positiva face aos Fundos extintos
 - Para 2017, estima-se que o Fundo Ambiental, depois de cumprir aos compromissos já assumidos do passado, nomeadamente o défice tarifário da energia e as despesas de funcionamento do CELE, apresente uma disponibilidade de cerca de 51 milhões de euros para alocar a novos apoios
 - Principais áreas apoiadas:
 - Mitigação às alterações climáticas: transportes, eficiência energética (projeto *Living Labs*) e sequestro de carbono
 - Adaptação às alterações climáticas
 - Cooperação em alterações climáticas, dando cumprimento aos compromissos internacionais;
 - Recursos hídricos, incluindo a defesa do litoral
 - Compensação às empresas agregadas pelas cisões operadas nos sistemas multimunicipais de águas
 - Resíduos e Economia Circular
 - Conservação da Natureza e da Biodiversidade, onde se destaca o Projeto Piloto do Parque Nacional da Peneda Gerês
 - Capacitação e sensibilização ambiental
-